

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO DA PSICOLOGIA JURÍDICA NO CONTEXTO DE ADOÇÃO

Brenda Gonçalves Albuquerque¹

Rosimeire de Moraes Amorim Naves²

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo relatar e discutir as práticas de estágio supervisionado no semestre de 2024/1, realizado na Associação Matogrossense de Pesquisa e Apoio à Adoção (AMPARA), organização dedicada à adoção de crianças e adolescentes, que opera sem fins lucrativos e é composta por voluntários e tem como objetivo principal divulgar informações sobre adoção, oferecer orientação para famílias adotivas e pretendentes à adoção. Além disso, ela está comprometida em promover o bem-estar das crianças e dos adolescentes envolvidos no processo de adoção, além de apoiar as famílias adotivas ao longo desse caminho. Seus objetivos e metas refletem um compromisso abrangente com diversos aspectos da adoção, enfatizando cuidados adequados e suporte contínuo para todos os envolvidos. Durante o estágio a aluna teve a chance de vivenciar o ambiente profissional, desenvolver e observar habilidades específicas da área de atuação, e assim, aprimorar sua formação acadêmica, contribuir no contexto jurídico, voltando-se ao indivíduo em sua subjetividade e suas relações, pautado na prática de prevenção, promoção e recuperação, de modo crítico e ético. Desse modo, este trabalho tem o objetivo de relatar a experiência de estágio da aluna em Psicologia jurídica, estagiando em uma instituição que trabalha com a temática da adoção. A AMPARA como dito acima, é uma instituição que trabalha diretamente com a adoção, segundo a autora Silva, a adoção é uma forma de estabelecimento de relações de paternidade e maternidade entre pessoas sem vínculos consanguíneos, que tem por objetivo primordial a inserção de um menor em uma unidade familiar, quando a família biológica não tem como prover as condições necessárias ao seu desenvolvimento. Os profissionais que trabalham em ambientes jurídicos frequentemente enfrentam desafios emocionais significativos devido à natureza exigente desse contexto que apresenta em seu cotidiano, situações difíceis relacionadas a urgências, direitos violados e negligenciados pela família biológica, proteção e desenvolvimento da criança e do adolescente, abuso sexual, emocional e físico que levam a estresse adicional. O Estatuto da Criança e do Adolescente visa garantir que todos os jovens recebam cuidados adequados e vivam em um ambiente seguro e propício ao seu pleno desenvolvimento. Para isso, ele incorporou os avanços preconizados na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas e trouxe o caminho para concretizar o Artigo 227 da Constituição Federal, que estabelece direitos e garantias fundamentais para crianças e adolescentes. O horário de campo foi determinado toda vez que a AMPARA promovesse encontros e eventos. Foram designadas as atividades de acompanhamento e observação das atividades realizadas pela equipe psicossocial: encontros e palestras com pretendentes à adoção. Nesse sentido, o objetivo do estágio foi acompanhar a rotina de um(a) psicólogo(a) no setor Jurídico, no caso, da psicóloga da instituição AMPARA. As atividades foram desenvolvidas semanalmente, acompanhando as reuniões com os pretendentes para adoção, observando e entendendo melhor cada etapa do processo para que se realize o sonho de adotar, em ciclos de palestras ministradas pelas equipes da AMPARA, no primeiro dia houve uma apresentação da instituição para os pretendentes do curso; no segundo dia uma dinâmica grupal com todos os pretendentes que estavam presentes no dia; no terceiro dia reunião sobre as leis e regras da adoção no Brasil; no quarto dia a trajetória da criança e do adolescente; quinto dia vivenciando a Adoção; sexto dia finalização do curso, com a família dos pretendentes; sétimo dia palestra sobre adoção com crianças e adolescentes com deficiência; e no oitavo dia fizemos visitas técnicas nas casas lares de crianças e adolescentes. Segundo Coimbra, as casas lares são os abrigos de curto espaço que possuem indivíduos contratados em tempo de trabalho intermitente, onde um certo número de adolescentes e crianças desfrutam desse espaço a

fim de um cuidado individualizado. Portanto, ao acompanhar a rotina do psicólogo que trabalha na AMPARA, foi possível perceber que além de desempenhar um papel crucial na promoção de um sistema mais humano, eficaz e justo, atua na preparação psicológica da criança/adolescente e dos adotantes, ressignificando vivências passadas, elaborando medos e expectativas, e trabalhando para que a criança se sinta segura e adaptada à nova família, uma intervenção psicológica ajuda a prevenir problemas como a idealização distorcida da realidade e a estigmatização da criança durante o processo de adoção. A integração do conhecimento psicológico nas práticas judiciais é crucial não apenas para fundamentar decisões de maneira mais informada, mas também para proteger os direitos individuais e promover soluções que favoreçam a reabilitação e a prevenção do crime. Durante meu estágio, houve a oportunidade de vivenciar como essa integração se concretiza na prática. A AMPARA se dedica a apoiar famílias e pretendentes à adoção, e o estágio proporcionou uma valiosa experiência ao observar e participar das atividades voltadas para esse grupo específico. Colaborando em equipes multidisciplinares, percebe-se como o compromisso com a qualidade do atendimento é essencial. A interação entre Psicologia e direito não apenas enriquece o processo decisório, mas também promove um ambiente de diálogo, compreensão mútua e construção de significados. Ao longo do estágio em Psicologia Jurídica, o papel da estagiária foi contribuir para fortalecer esse ambiente, buscando constantemente melhorar os serviços oferecidos à comunidade. Através dessa participação, foi possível testemunhar como a integração de conhecimentos diversos pode beneficiar tanto a instituição quanto aqueles que dependem dos serviços dela. Essa experiência não apenas ampliou o entendimento sobre a interface entre Psicologia e direito, mas também reforçou a visão sobre o compromisso com a promoção do bem-estar e da justiça social, somando todos os conhecimentos teóricos ensinados em sala e como é colocado em prática, buscando contribuir no contexto jurídico. Sob esse viés, possibilitou dessa maneira, um ambiente de observação, diálogo e de produção de sentidos no setor de cursos de adoção para os pretendentes e pós-adoção, atuando colaborativamente em grupos e equipes multidisciplinares para a resolução de fenômenos biopsicossociais. Por fim, proporcionou o fortalecimento da instituição, e principalmente, a constante busca pela melhoria da qualidade do atendimento prestado à população. Em suma, a Psicologia jurídica é fundamental para garantir o bem-estar das crianças e adolescentes envolvidos no processo de adoção, de forma colaborativa e multidisciplinar para o sucesso da adoção.

Palavras-chave: Estágio; Relato de experiência; Psicologia jurídica; Adoção.

1 - Estudante do curso de Psicologia UNIVAG brendaga1800@gmail.com

2 - Mestra em Psicologia pela UFMT Orientadora do estágio, Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande UNIVAG rosimeire.amorim@univag.edu.br